



SORRISO DE FÉ E DE ESPERANÇA: ETERNO SORRISO DE PORTUGAL!



Vós, tenho e novo ramo florentino
De uma árvore de Christo mais amada,
Que nenhuma nasceu no Ocidente,
Cézaras, ou Christianíssimas chamadas,
Vede o no vosso escudo, que apresenta
Vos a vitória já passada,
Da qual vos despois por armas, e deixei
As qua elle para si na Cruz tomou;

Tuiz de Camões

Illiadas - Canto I. Est. VII



1140 Sumario 1640

1940

SOB A MÃO DE DEUS...

A PADROEIRA DE PORTUGAL

A FUNDAÇÃO DE PORTUGAL

D. JOÃO IV

A M. P. F. E AS COMEMORAÇÕES
CENTENÁRIAS

A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

A RAÍNHA DA RESTAURAÇÃO

A NAU PORTUGAL

A EXPOSIÇÃO DE PINTURA PORTUGUÊSA
DOS SÉCULOS XV E XVI

III SALÃO DE EDUCAÇÃO ESTÉTICA
DA M. P.

PÁGINA DAS LUSITAS

As Lusitas e a História Pátria; — Concurso; —
Aventuras de Rosa Teimosa (Continuação)

BRIANDA

COLABORAÇÃO DAS FILIADAS

JUNHO

1940

Obra das Mães pela Educação Nacional

«MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA»

ASSINATURA AO ANO 12800

BOLETIM MENSAL

PREÇO AVULSO 1800

Direcção, Administração e Propriedade do Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina, Redacção e Administração: Comissariado Nacional da M. P. F., Praça Marquês de Pombal, n.º 8. — Telefone 4 6134 — Arranjo gráfico, gravura e impressão do Neogravura, Ltd., Travessa da Oliveira, 6 Estrêla, n.ºs 4 e 10 — Lisboa

N.º

14

PORTUGAL celebra este ano duas datas históricas que são o seu orgulho: Há oito séculos que Portugal nasceu e três séculos que Portugal ressuscitou.

Mas essas duas comemorações, que representam o nosso passado glorioso e imortal, devem fundir-se na exaltação patriótica do momento presente.

Tristes festas seriam as nossas festas jubilares se na hora em que as realizamos não víssemos a esperança de que 1940 marcará também na nossa História, dando continuidade ao passado numa vida rejuvenescida.

As nações, como a terra, têm as suas estações; 1940 é a plena primavera duma época nova que há-de merecer que, no futuro, outra data gloriosa seja acrescentada às duas que agora festejamos.

Portugal foi grande no passado porque teve grandes valores morais.

São os homens que levantam as nações ou as deixam cair...

A nossa Pátria tem hoje a dirigir os seus destinos



1940

dois homens em quem revivem todas as virtudes tradicionais portuguesas, sem que lhes falte também a inspiração e a graça necessárias para conceber e rea-

lizar grandes coisas novas!

O Chefe do Estado, senhor General Carmona, é uma figura prestigiosa que todos os portugueses admiram e amam carinhosamente pela forma admirável como tem sabido cumprir a sua missão.

O Presidente do Conselho, senhor Dr. Oliveira Salazar, é aquele em quem todos nós confiamos, e uma confiança, assim firme e abandonada, é o sentimento mais honroso que um homem pode merecer.

A Mocidade Portuguesa Feminina, neste número comemorativo do Duplo Centenário, presta a sua respeitosa homenagem aos dois Chefes, em quem vê sintetizadas as qualidades daqueles que passaram — sem morrer — pois vivem na glória da nossa História e na gratidão do nosso coração.

E evocando estes 8 séculos, onde são tantos os bons servidores da Pátria, aponta às suas filhas como exemplo vivo de bem servir a Nação: **Carmona e Salazar.**



Meu Portugal

vêlhinho — tão vêlhinho —
e tão novo — sempre tão moço,
a-pesar-dos teus oito séculos de História
quási sagrada; meu Portugal coberto de glórias,
como foi que chegaste aqui, depois da jornada
triunfal e longa, que agora festejamos, como foi
que estás assim, ainda hoje como ontem, como sempre, tão
moço de alma?... Dize-me, como foi?

Ouve: corri na verdade as estradas do mundo; rasguei ao mundo
novas estradas e novos rumos; «quilha da Europa», sempre lhe aponte
os longes da Grandeza e do Heroísmo, e, varanda aberta ao Mistério, aqui,
«onde a terra se acaba e o mar começa», fui escola e fui oficina de em-
preendimentos lindos. Muito me deve o Mundo...

Corre a Terra, e por tôda ela encontrarás «madre língua portuguesa» a
servir, a cantar, e a rezar...

É sagrada, é sagrada esta «tira de Terra», fim e comêço do Mundo... Está
regada de sangue generoso, como nenhum outro já houve... e cobre-a lá do
Alto, a bênção divina de Deus Nosso Senhor.

Como foi?... como foi?... perguntas...

A bem dizer a verdade, nem eu o sei contar, nem explicar... Lembro
que as maiores e melhores horas as vivi quando fui Fiel a mim mesmo — à minha
vocação providencial!

tratei com gentes várias e fiz-me ao largo na terra, no mar e no
ar — e sempre comigo, e à minha frente, a Voz alta e imperiosa de um Des-
tino que eu sabia e sei que foi Deus que mo marcou;

afilhado de Nossa Senhora, que me batisou lá em cima, em Gui-
marães, sentia que me andava nas veias um sangue sempre remocado, e na
alma uma intenção pura, alegre e santa: **FAZER CRISTANDADE.**

Sempre que fui fiel e sempre que cumpri — nunca o Céu me faltou, nem
conheci a derrota ou a deshonra...

Mas pequei também: horas de traição e de vergonhas e de infidelidades...
Faltei e pequei: horas de impurezas e de interesses vis e de tolas vaidades; cor-
rupções... mentiras... e mais e mais... Quando me perdia a mim mesmo, ou me
perdia, por culpa própria, do Rumo assinalado, logo perdia assentos na terra e
a consideração da História.

Ouve então esta fala e esta lição: oitocentos anos de idade é uma linda
idade para quem chega em mocidade a êste cabo da longa caminhada; mas a vir-
tude dêste mistério hás-de procurá-la na graça que dorme nos meus Castelos
e nas minhas Catedrais...

Faze a viagem da História: sôbre os lagedos sagrados, de joelhos ou
erguido do alto das muralhas heroicas, acorda os Mortos, escuta-os, aos herois e
aos santos; mete-te na sua escola e guarda a sua fala, e vem depois comigo para
mais séculos de Vitória;

Segue com eles o Roteiro da Pátria que eles mesmos fizeram, ajudando
a Deus que foi sempre connosco o Primeiro.

Cobre com essa Voz o sussurro impertinente dos mediocres e dessa
sorte de traidores que enxameiam a Pátria de agora — e jura que não faltarás
onde fôr preciso lutar, vencer ou morrer.

... Como foi? **SERVI A DEUS** por todos os lugares, e em tôdas as gen-
tes da Conquista e da Descoberta. **FUI CAVALEIRO DO CÉU.** Ouve o
mundo a rezar o meu nome... a Ladainha Santa do Nome Santo de Portugal...

PORTUGAL! PORTUGAL! PORTUGAL!

G. A.

SOR A MÃO DE DEUS



Imagem de Nossa Senhora da Conceição que foi trazida para Vila Viçosa pelo próprio Dom Nuno Álvares Pereira e que mais tarde D. João IV declarou e fez jurar, por decreto de 24 e carta régida de 25 de Março de 1646, PADROEIRA DO REINO.

A PADROEIRA DE PORTUGAL

«Quem é esta que avança como a aurora que desponta? Bela como a lua e pura como o sol»?

Quem é ela, esta visão radiosa, que nos aparece a abençoar o alvorecer da nacionalidade portuguesa?

É a «Mãi de puro amor e da Santa esperança», aquela sob a protecção de quem D. Afonso Henriques colocou Portugal desde a primeira hora: *«ordenado que eu, meu reino, minha gente, meus sucessores fiquemos debaixo da tutela, protecção, defesa e amparo da bemaventurada Virgem Maria»*.

Quem é esta «mulher revestida de sol, com a lua debaixo dos pés e tendo sobre a cabeça uma coroa de dōze estrêlas»?

É a Imaculada Conceição, aquela que nas horas incertas de 1640 D. João IV proclamou Padroeira do Reino, *«de quem por honra nossa nos confessamos vassallos e tributários, esperando que ela nos ampare e defenda dos nossos inimigos»*.

Quem é esta que nos nossos dias desceu a Portugal «como o arco iris resplandecente no meio das nuvens, como a flor da roseira nos dias de primavera, como o lírio perto da água corrente»?

É Nossa Senhora de Fátima; aquela a quem todos nós, como o fizeram D. Afonso Henriques e D. João IV, escolhemos por especial advogada, por nossa Mãe e Senhora!

Deus está com ela; ela é inabalável. E aqueles que nela confiam, estão também protegidos pelo Senhor.

Confiemos na nossa celeste Padroeira. Nossa Senhora é bela e graciosa como uma pomba de paz... Mas, nas horas de perigo, é terrível como um exército em batalha: ela nos defenderá.

Foi a Virgem Santíssima que, de vitória em vitória, ajudou D. Afonso Henriques na conquista de Portugal; foi ela que, de vitória em vitória, nas lutas da restauração, assegurou a nossa independência, e será ainda ela que salvará Portugal e o conservará grande aos olhos de Deus e do mundo!

Coccinelle

El Fundação de Portugal

FAZ oito séculos que foi aclamado o primeiro Rei de Portugal. O Condado Portucalense, apertado entre os estreitos lúdes do Minho e do Mondego, não cabia em tão exíguo espaço. Afonso Henriques e os seus barões, com três retalhos, cortados um à Galiza, outro a Leão, e outro à Espanha meridional, sarracena, cercaram os contornos deste quadrilátero sagrado, que é a Pátria. E a Pátria portuguesa soube criar tão poderosa individualidade que se impôs na Península como iniciadora de epopeias. Em vez do arrebatamento espanhol, do seu amor sem meiguice, da sua caridade seca e hirta, como o planalto de Castela, o povo português abriu no seu peito um coração onde palpita o sentimento. E, aquilando a nobreza da sua alma pelo gosto da aventura, iniciou a poesia épica moderna, alargando a civilização europeia para fóra do Mediterrâneo, onde até então se concentrava. E as quilhas de Portugal abriram no Atlântico as grandes estradas do mundo...

As estradas do Atlântico, Portugal abriu-as para si e para os outros. Sulcaram-na soldados, capitães, comerciantes, administradores, missionários. O mundo longínquo patenteou à Europa atônita os segredos da sua vida histórica, e trouxe-lhe as suas riquezas. Mas, em troca, recebeu tesouro maior: conheceu a Cristo.

Vem-nos do berço esta vocação altíssima. As quatro onças de ouro, pagas pelo primeiro Rei de Portugal à Santa Sé solidificaram a independência nacional. Quem se atreveria, naquele século XII, a guerrear um país que se declarava tributário de Cristo? Acto diplomático, a diplomacia ficou sendo uma das grandes forças da nação. Entre ambições contraditórias de estranhos, sabemos garantir hábilmente o equilíbrio vital da Independência.

Mas o ouro ofertado a Cristo pelo Rei Mago do Ocidente, foi também uma predestinação ou um penhor. Cristo crucificado de costas para Jerusalém olhava de face para o Ocidente, isto é

para nós, como a contar conosco. Portugal ao declarar-se por Cristo, retomou a Cruz de Cristo, e plantou-a, gloriosa através dos mares, em todas as regiões da terra, desde o Ocidente ao Oriente. A Cruz de Ourique poderia ser uma promessa, poderia ter sido uma lenda ou símbolo. A Cruz de Cristo, levada aos confins do Globo por Portugal, é a realidade da civilização moderna, oriunda do velho mundo greco-latino.

Afonso Henriques, nascido em Guimarães, era descendente de um Rei de França. A este sangue latino, juntaram-se outras duas origens: a do território, parcela do antigo Império Romano, e a língua suaveíssima que fala o novo povo.

Na qual quando imagina
Com pouca corrupção crê que é a latina.

Por este elo triplice, fazemos parte do grande tronco da Latinitude, católica e fecunda. Herdeiros da Mater Gentium antiga, fomos por nossa vez, criadores de novas gentes. E se o Reino de Afonso Henriques não pudessem ser mais volumoso no seu núcleo peninsular, tornou-se a cabeça de um dos maiores impérios da terra. Desde a América juvenil às nascentes do Sol, através da África e da Índia maravilhosa, Portugal resplandecia para a perenidade da história e dos tempos.

Todos os elementos da vida portuguesa se conglutinaram e fortaleceram para formar a consciência colectiva da nação. Todos participam dela. Mas a Mocidade, esperança renovadora da vida, sente-a mais fundamente. Quere guardar intacto o depósito da tradição, oito vezes secular. Com este orgulho no coração, aspira à vida plena, de trabalho, de sacrifício, de beleza e de confiança. E mais que tudo de amor. Amor, entranhado e firme — por Portugal!

SERAFIM
LEITE



POUCOS exemplos há na História, tam convincentes da superioridade das forças do Espírito, como o da Revolução do 1.º de Dezembro de 1640.

Mais, muito mais do que as ruínas materiais acumuladas em sessenta anos de má administração estrangeira, foram os factores morais que influíram decisivamente no movimento libertador cujo terceiro centenário Portugal vai comemorar festivamente.

O descalabro financeiro, a decadência económica, a perda da Marinha, a invasão das colónias, e tantos outros aspectos lamentáveis de que se revestiu entre nós a dominação castelhana, poucos foram ao pé do desejo ardente de independência de todos os bons portugueses.

A perda da autonomia, a aspiração sempre viva de retomar o caminho da sua grandeza passada, a saúde inapagável de Rei natural — foram as alavancas decisivas que puzeram em marcha a conspiração de 1640.

Mas, por mais sinceras e crepitantes que sejam, as forças espirituais, como os elementos materiais, carecem de ser ordenadas e disciplinadas. O entusiasmo pode não o conduzir a nada se o não puzermos ao serviço da inteligência e da razão.

Por isso, — porque não existia um Chefe que coordenasse, num único feixe, as aspirações patrióticas dos nossos avós do Século XVII, é que, durante muito tempo, tôdas as tentativas para nos libertarmos da tutela estranha foram inúteis e vãs.

Esse Chefe appareceu na pessoa do Duque de Bragança, que, como os conjurados que o queriam aclamar Rei, possuía a fé e o fervor nacionalista indispensáveis à empreza a que se abalçavam — mas, mais do que os seus partidários, era um espirito calmo, prudente, capaz de se dominar nos momentos oportunos.

Tudo os castelhanos fizeram para o envolver na rede de suspeitas que continuamente lhe lançavam. Com habilidade prodigiosa e extraordinário sangue-frio, o Duque de Bragança libertou-se de tôdas essas armadilhas.

Por vezes, os conjurados desanimavam um pouco, supondo que D. João se desinteressava do futuro da Pátria e apenas desejava viver tranqüilamente no seu Palácio de Vila Viçosa. Viu-se, depois, que se enganavam redondamente os que assim precipitadamente pensavam.

D. JOÃO IV



O que o Duque não queria é que se desse um passo em falso, donde resultasse a sua prisão, o seu exílio ou a sua morte, pois sabia que era ele a última esperança de libertação dos portugueses.

Quando tudo se conjugou dentro e fora do país, para que soasse a hora da revolta, D. João não hesitou e, até perante as irresoluções e perplexidades de muitos dos conspiradores, deu o sinal do levantamento. É que tinha chegado o instante em que a inteligência se devia aliar com o entusiasmo para vibrar o grande golpe. E D. João é que tinha razão, porque a Revolução fez-se quasi sem sangue — e as qualidades excepcionais de prudência, calma e moderação de que havia dado provas no tempo dos Filipes, foram depois, nos dezasseis anos do seu reinado, a melhor garantia de que a Revolução do 1.º de Dezembro não fôra um acto heróico, mas inútil.

Nesta hora alta de Nacionalismo, que estamos atravessando, é de toda a justiça lembrar os nomes dos conjurados de 1640, — mas que se não esqueça nunca a memória de quem tornou possível o movimento do 1.º de Dezembro e de quem o soube, depois, consolidar, — a memória de El-Rei D. João IV, um dos maiores soberanos da nossa História.

RODRIGUES CAVALHEIRO



Dirk Stoop, — O TERREIRO DO PAÇO



M.P.F. E AS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS



Coisar da bandeira de D. Afonso Henriques, em 4 de Junho, na Torre de menagem do Castelo de Guimarães, marcou o início das festas do duplo centenário.

Portugal inteiro acompanhou o gesto do senhor Presidente da República; em todos os castelos, e em inúmeras casas particulares, foi desfraldada, à mesma hora, a bandeira branca com a cruz azul, que simbolisa o nascimento da nossa nacionalidade cristã.

Portugal nasceu à sombra da cruz e à sombra da cruz cresceu e foi grande

Ao comemorar oito séculos de História, Portugal ergue de novo a cruz — bem alto! — como símbolo de vitória do seu passado e símbolo de esperança do futuro.

A M. P. F., que deseja participar nas comemorações dos Centenários com todo o seu entusiasmo patriótico, pensou e muito bem, que o seu amor pela Pátria não poderia ficar mais bem expresso do que num cruzeiro que eternisasse a sua fé, pois mais uma cruz erguida na Terra portuguesa é mais uma bênção de Deus sobre ela — e as Nações e os Impérios dependem d'Aquele que é o Senhor do céu e da terra!

O Cabo da Roca, «onde a terra se acaba e o mar começa», como cantou Camões, foi o lugar escolhido para o cruzeiro da M. P. F..

A Cruz, dominando o Oceano, recorda todas as nossas glórias: o olhar das raparigas da «Mocidade», quando em romaria forem orar junto do seu Cruzeiro, perder-se-á pelo mar fóra... E para nós, portugueses, o mar é, como Deus, o sonho de quem traz na alma uma aspiração do infinito!

Mas se a fundação de Portugal foi uma obra de fé, de fé foi também o milagre da sua Restauração.

D. João IV, proclamando Nossa Senhora da Conceição Padroeira do Reino, quiz mostrar a sua confiança n'Aquela que, sendo a Medianeira de todas as graças, poderia alcançar-nos a vitória numa luta desigual em que a derrota seria a morte de Portugal!

N.ª Senhora da Conceição ouviu a oração dos portugueses que, querendo ser livres, se tornaram seus vassallos.

A M. P. F. não poderia deixar de imitar os seus maiores, ajoelhando-se agradecida aos pés de N.ª Senhora da Conceição.

Cheia de reconhecimento — no seu amor por Portugal que se confunde no seu coração com o amor da celeste Padroeira — a M. P. F. mandará celebrar missa no dia 1 de Dezembro próximo nas igrejas e cape-



IGREJA DA CONCEIÇÃO VELHA — LISBOA

las de Portugal erigidas sob a invocação de N.ª Senhora da Conceição.

As alfaías dos altares serão, tanto quanto possível, confeccionadas pelas filhas, e o perfume das flores, ali colocadas também pelas mãos das nossas raparigas, há-de subir para Deus tão agradável como o perfume suave do incenso.

Ainda como preito de homenagem à Padroeira de Portugal, serão publicadas as monografias das respectivas igrejas e capelas.

E porque a alegria não seria completa se não se desdobrasse em caridade, a M. P. F. distribuirá agasalhos por velhos e crianças, para que os pobresinhos, no ano de ouro dos centenários, recebam também da riqueza de amor que transborda do coração da «Mocidade»!

Será esta a colaboração especial que a M. P. F. dará às comemorações centenárias. Mas em todas as festas a «Mocidade» quer ter o seu lugar, em todas quer participar com o seu entusiasmo juvenil.

A M. P. F. quer recolher no seu coração oito séculos de amor pátrio, afirmado em tanto heroísmo, e faz nesta hora sagrada um juramento solene de bem servir a Nação, com o mesmo espírito e a mesma generosidade daqueles que seguiram D. Afonso Henriques e combateram por D. João IV.

Maria Joana Mendes Leal

VAI abrir a Exposição do Mundo Português e a ela consagra número especial esta Revista da Mocidade Portuguesa Feminina.
Pedem-me que escreva duas palavras.
Nunca vi pedir tão pouco e, todavia, nunca me custou tanto a dizer sim...
Para decidir-me, mais do que a amiga insistência do pedido, vale a saúde que trago comigo — saúde das minhas filhas que eu vejo, no seu uniforme, alinharem no magnífico e lindo escalão Feminino da Mocidade Portuguesa. Olço e sinto a ansiedade com que me perguntam: — «Então — Paisinho — e como é a Exposição?»
Que me perdoem as suas outras e tantas camaradas, mas é mais para elas que eu vou escrever.
Explico esta timidez pela dificuldade de abordar um assunto difícil e árduo, porque é muita a sua amplitude, a sua beleza e a sua grandeza.

O que é a Exposição? — «A síntese da nossa acção civilisadora, da nossa acção na História do Mundo», para mostrarmos, por assim dizer, todas as pégadas e vestígios de Portugal no Globo.

Porque assim concretizou Salazar o tema da Exposição, os seus realizadores tiveram que debruçar-se à janela da História e assistir ao desenrolar dos magestosos quadros que Portugueses d'outrora assinaram para, inspirados nelles, aos portugueses de hoje mostrarem as glórias da nossa acção em proveito dos Homens e por graça de Deus.

Tem assim, nos nossos dias, um cunho novo esta Exposição.

A' beleza e grandeza das Exposições Internacionais realizadas em Espanha, França, Bélgica e Américas, junta-se em Portugal o da Exposição do Mundo Português, só nossa, realizada e concebida à nossa maneira e feltio, com a impressão única e rara do nosso Lar que, por ser tamanho, não se deixa vencer em beleza e glória.

Não é orgulho — é verdade.

Por ser Nacional, a Exposição do Mundo Português não recela comparações com outras realizadas no estrangeiro. E' estranha na sua limitação que abrange oito séculos e roteiros de Glória por todo o mundo.

Descrevê-la ou tentar descrevê-la não se concebe.

E' uma lição ilustrada, que se dirige à alma da gente antes de tocar o espirito.

Não vou, por isso, responder à pergunta: «... como é a Exposição?»

Mas posso, porque escrevo para a Mocidade Feminina, deter-me uns momentos para recolhidamente invocar feltos e sacrifícios que os nossos Poetas, Heróis e Santos ofereceram para Glória de Deus e da nossa Raça.

E então, ao analisar a ténpera desses caracteres, não posso deixar de dobrar-me perante as sagradas mãs de todo esse friso de glória, e assim, às raparigas de hoje, falar deste gelto:

Aprender a ser mãe é dar à Nação a maior prova de Amor.

Criar e educar são dotes verbos que se transfundem quando se oferecem com devoção à Pátria.

Na vida a mais sagrada função é criar e educar quem ha-de servir — porque servir significa renúncia a favor da Nação.

Saber servir — aí como é difícil!

Não serve bem quem apenas quer servir bem. Querer é pouco — não basta. E' preciso ter um carácter íntegro, uma força de vontade grande, uma inteligência bem orientada.

Modelar uma personalidade assim é oferecer à Nação o maior serviço que pode imaginar-se.

E é no regaço das mãs, no exemplo delas, no seu sacrifício e amor, que o carácter se desenha, que a vontade se fortifica e que a inteligência se orienta.

Com que orgulho não devem visitar a Exposição as Mulheres Portuguesas!

Ao repassarem pelos seus olhos toda a gigantesca acção dos Portugueses hão-de sentir atrás dos Homens a mais gigantesca e sagrada tarefa da vida: — a obra das Mãs!

Como ela é grande e como é linda.

A vós — Raparigas da Mocidade! e a vós — minhas filhas, que lá ao fundo vejo, nas filas da retaguarda — eu venho mostrar na Grandeza da nossa História a Grandeza do vosso Papel.

Formais na mais sagrada das fileiras dos Soldados da Nação.

Não vestis o uniforme senão para aprenderdes que o caminho da vida é talhado dentro do Dever para com a Pátria.

Um Herói, um Poeta ou um Santo cria-se porque trilhou o caminho por onde vós passareis.

Na Exposição do Mundo Português atrás de cada feito heis-de ver o Gigante que o realizou. Mas ao lado da mais mácula das figuras, se o vosso coração bater bem, discortinareis um berço pequenino e a voz macia de uma mãe que o embala...

Disse o que devia?

Disse pelo menos o que sinto.

A. PINTO MACHADO

EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS



NUNO GONÇALVES. — Veneração a S. Vicente. — Século XV.

MUSEU DAS JANELAS VERDES

Exposição de Pintura Portuguesa dos Séculos XV e XVI

TODAS as filiadas da «Mocidade Portuguesa» devem visitar a Exposição de Pintura Portuguesa dos séculos XV e XVI. Integrada nas Comemorações Centenárias, a sua abertura será no dia 11 de Junho.

Já o grande esforço para trazer à capital as obras de pintura antiga portuguesa, espalhadas por todos os recantos do país, é lição que mostra quanto pode a vontade ao serviço de uma elevada obra de salvação e cultura.

Muitos dos painéis reunidos estavam em perigo de perder-se. O Governo da Nação deu os meios para que se restaurassem, de modo a poderem suportar por mais séculos o desgaste inevitável do tempo e, quantas vezes, da maldade e da ignorância dos homens.

Perto de trescentas tábuas, na maioria obras de carácter religioso, realizadas para figurar nos altares, outras representando pessoas de qualidade, dão-nos a mais clara ideia da vida íntima, da piedade, do valor, das aspirações da

sociedade que criou e assistiu a um dos mais notáveis e construtivos períodos da História de Portugal!

Todos os painéis devem ser examinados longamente. Ao lado da seriedade dos processos usados pelos pintores, ao lado da beleza que resalta de cada obra — na composição, no colorido, no ritmo, no sentimento, — não há parcela de pintura da qual se não tire uma lição de boa arte, de bom gosto, de pormenorizada indicação dos usos e dos costumes, nas épocas gloriosas de quatrocentos e de quinhentos.

Esta nota é um convite instantâneo às filiadas da «Mocidade Portuguesa» para irem muitas vezes ao notabilíssimo certame. Outros artigos explicarão a pintura que nas salas se contém. Mas não haverá, de certo, palavras que traduzam o regalo de examinar em silêncio, de alimentar e exaltar a imaginação, de poder colher e recolher na memória a lição imensa que nos será dada por este conjunto de obras preciosas e admiráveis!...



D. LUÍSA DE GUSMÃO

FOI em 1633, numa chuvosa manhã de Janeiro, que D. Luísa Francisca de Gusmão, filha do Duque de Medina Sidónia, pela vez primeira pisou terras de Portugal, onde, sete anos mais tarde, seria rainha, pela graça de Deus e pelo esforço redentor da grei. Vinha desposar aquele que podia intitular-se o maior senhor português, desde que a pátria perdera seu rei natural.

Terminado o borborinho das festas com que em Vila Viçosa se festejou estrondosamente o enlace das casas de Bragança e de Medina Sidónia, D. Luísa de Gusmão iniciou inquieta vida de sobressalto. Durante o ansioso período de expectativa que mais proximamente antecederia a revolução de 1640, as duras provas sujeitou o seu coração de esposa e mãe. A todo o momento era possível a justiça de Castela vir arrebatá-lo o marido para o arrastar ao cadafalso, acusando-o de cabecilha da latente rebelião popular; a todo o momento eram possíveis alterações na hipócrita bemquerença manifestada por Filipe IV à nobreza de Portugal que não o hostilizasse abertamente.

Quantas pobres mulheres plebeias não invejaria D. Luísa de Gusmão, a muito poderosa esposa do maior fidalgo português, no momento em que, para evitar que o marido prematuramente se compromettesse na grande aventura da Restauração, ofereceu ao povo de Vila Viçosa, ansioso por aclamar um Bragança, a presença gentil do duque de Barcelos, D. Teodósio, do seu filhinho de quatro anos, mal seguro na sela dum cavalo manso, que um escudeiro levava à rédea...

De Janeiro de 1638 até ao dia 3 de Dezembro de 1640, isto é, até se receber, em Vila Viçosa, notícia da triunfante revolução que elevava ao trono os duques de Bragança, D. Luísa de Gusmão foi, com certeza, a mais interessada espectadora dos acontecimentos que se iam precipitando na vida política do reino e sempre no paço ducal tinham funda repercussão. Sabe, horrorizada, da repressão sangrenta com que se castigaram os motins do Alentejo e do Algarve. Ouve, indignadíssima,

A RAINHA DA RESTAURAÇÃO

o duque, seu marido, receber ordens do Escorial para organizar, à sua custa, um corpo de tropas que iria combater por Filipe IV, na guerra com os franceses, e, mais tarde, para se incorporar, como qualquer simples vassalo, no séquito do usurpador, a caminho das cortes aragonesas. Já crente na vitória final da sua pátria adoptiva, tem conhecimento de que emissários de Luís XIII e de Richelieu andam pelo reino a sondar os ânimos e a fazer promessas de poderoso auxílio da França a um movimento libertador. Chega-lhe aos ouvidos o clamor de esperança seguido em Portugal pelo exemplo da Catalunha revoltada contra o rei de Castela. Compreende que mundo de traições se oculta na nomeação do marido para governador das armas de todo o reino, em 1639.

Durante muito tempo, para rebaixar o Feliz Restaurador, para o pintar como um fraco, um indeciso, caminhando ao sabor de uma vontade vacilante, como um comodista que a tudo preferia a remanescer vida provinciana e a quem só a música sacra e aventuras de caça entusiasmassem, pareceu necessário engrandecer desmedidamente a figura de D. Luísa de Gusmão e atribuir-se-lhe o papel mais digno e simpático na grande cena histórica em que foi preciso resolver se Portugal seria outra vez um velho reino livre, agora sob o cetro dos Braganças, ou uma república juvenil à maneira da Holanda. Foram os historiadores pouco afeiçoados a D. João que atribuíram à duquesa de Bragança, sua esposa, aquela frase de épica ressonância que assenta bem ao seu temperamento combativo: «Antes morrer reinando que viver servindo!»

D. Luísa de Gusmão não necessita, porém, de louros que não ganhou para ser uma das mais nobres figuras da nossa História. Foi abertamente favorável à revolução de 1640 e compartilhou entusiasticamente, com o duque, seu marido, o desejo de ver Portugal restituído à sua existência de pátria livre. Esse desejo seria, nela, mais promente e apressado? Domina-la-ia maior ambição? É muito possível, porque o duque de Bragança revelou-se sobretudo como um grande português, mais pronto a morrer pela liberdade pátria do que pelo trono oferecido.

Ainda como esposa de D. João IV, deixou vestígios inofensíveis da sua esclarecida acção diplomática e alto senso político, da sua inquebrantável dedicação a Portugal que a levou a vender, para acudir às despesas da guerra, parte das joias do seu dote, avaliadas em vinte mil ducados. Um emissário de Luís XIV e do cardeal Mazarino, o cavaleiro de Jant, que veio ao nosso país solicitar auxílio eficaz à França na guerra contra a Espanha, não se cansa de gabar seus excepcionais dotes de inteligência, de energia moral, de graciosa distinção.

Foi numa das entrevistas em que o cavaleiro de Jant pretendia atraí-la com deslumbrantes promessas, que D. Luísa de Gusmão, aludindo à possibilidade da França fazer a paz com a Espanha e de Portugal se ver só em campo, na luta com este poderoso Estado, declarou que, uma vez exgotados to-

dos os meios de defesa contra os opressores, ela e os seus últimos partidários encerrar-se-iam em Lisboa e, lançando fogo à capital, procuraríam um fim digno e honroso.

Em 1663, D. Luísa de Gusmão sofreu o mais rude golpe com que a fatalidade podia feri-la: a morte rouba-lhe o seu filho primogénito, D. Teodósio, esperançoso príncipe de dezasseis anos, a quem dedicou a mais exaltada ternura materna, como bem o comprova a carta que lhe escreveu dois anos antes de o perder, quando ele partia precipitadamente, e de surpresa, para a fronteira de Elvas, com o temerário intuito de capitanear uma ofensiva contra a Espanha.

Por morte de D. João, o pesado encargo da regência recaí sobre a rainha viúva e o simples facto de nenhum protesto se ter arguido contra a cláusula testamentária que a nomeia, basta como prova de quanto os portugueses confiavam na lealdade e dotes intelectuais da espanhola a quem todos, incluindo o próprio rei, iam ficar sujeitos. Os factos justificaram tal confiança, porque durante seis anos — os que durou a regência — a acção de D. Luísa fez-se sentir da maneira mais favorável aos interesses do reino, ora aplacando rivalidades palacianas, ora estimulando patrióticos esforços de guerreiros e diplomatas. Durante a sua regência, ganhámos duas grandes batalhas: uma, nos campos do Alentejo — a das Linhas de Elvas; — outra, nos salões de Whitehall onde, contrariando tenaz oposição da Espanha, uma princesa portuguesa entrou como rainha da Grã Bretanha. A entrega de Bombaim a Tanger a Carlos II de Inglaterra, como dote dessa princesa, foi considerada grave culpa da rainha regente, até a História encontrar atenuantes para tal procedimento que talvez nos poupasse a sacrifícios ainda mais penosos.

Importante e inteiramente digna foi a sua intervenção, quando se torna necessário reprimir os desmandos de Afonso VI e dos seus validos Conti. Por amor do reino, recorreu a Rainha a sua ofendida dignidade de mãe e, não querendo compreender injúrias, só abandonou o governo ao filho, quando, quasi pela força, a isso a obrigaram. Entre a glacial frieza do rei e a do infante D. Pedro, recolheu-se, desgostosa, a um mosteiro, meses depois de o conde de Castelo Melhor conseguir que seu filho lhe tomasse contas do régio poder. Deus fez-lhe a graça de já não assistir ao turvo drama palaciano que atirou Afonso VI para o Castelo de Angra, perseguido e desprezado pela própria esposa e pelo irmão.

Nada obsta a que admiremos a integralmente a nobilíssima figura de mulher que os conjurados da Restauração ergueram ao trono de Santa Isabel, a mulher que mereceu ser dedicadamente servida por D. Filipa de Vilhena, por D. Mariana de Lencastre, as duas gloriosas mães portuguesas a quem a mais humana das angústias não inspirou uma só lágrima enquanto o Portugal escravizado de 1640 não esboçou seu primeiro e claro sorriso de libertação.

Teresa Leão de Barros

A NAU PORTUGAL é a reconstituição dum galeão português que durante os séculos XVII e XVIII fizeram as grandes carreiras da Índia, cimentando a posse do Império Português, pelas relações comerciais e políticas estabelecidas entre Lisboa e as longínquas paragens do Oriente.

No seu exterior este navio é completo nos pormenores da evocação e nas linhas do casco, aparelho e velame. No interior foi ele, provisoriamente, adaptado aos fins próprios da Exposição do Mundo Português, não representando, portanto, o seu arranjo, o aspecto que tinham, em plena navegação, esses navios.

A NAU PORTUGAL é um barco de 1.200 toneladas, construído inteiramente de madeira, de origem portuguesa e brasileira. O seu plano é da autoria de Leitão de Barros, e o projecto da construção, na parte técnica náutica, do Comandante Quirino da Fonseca, é na parte arqueológica artística de Martins Barata. Foi seu construtor Manuel Maria Bolais Mónica, com estaleiros na Gafanha (Aveiro) e dirigiu a parte de talha Abraão de Carvalho, chefe da secção de arte antiga da Casa Orlão de Lisboa, e o construtor Guilherme Gomes, que conhece bem a arquitectura setecentista.

Todos estes elementos, como atrás se diz, trabalharam sob o plano geral e a coordenação de Leitão de Barros, director artístico da construção.

No interior da NAU PORTUGAL figuram, para a época da Exposição, algumas instalações de vários organismos. Assim, o Banco de Portugal promove ali a *Exposição de Ouro*, com os grandes espécimens das nossas moedas do século XVIII; o Instituto do Vinho do Porto, a Companhia Nacional de Navegação, a Companhia dos Diamantes de Angola, a Companhia Colonial de Navegação e outras entidades têm ali a sua representação. Todo o interior da Nau, comquanto esteja adaptado aos fins em vista, tem o ambiente cuidado ao sabor da época evocada com a sua construção.

A NAU PORTUGAL tem, na sua coberta principal, uma «Ala dos Mercadores» e no castelo da prôa um



NAU PORTUGAL

do esta vier para a Exposição do Mundo Português. A Nau foi construída a expensas de vários donativos particulares, tendo o Estado contribuído apenas com 500 contos. O grande barco, depois de concluído ficará valendo cerca de três mil contos. Todos os fornecedores da Nau têm feito condições excepcionais para os respectivos fornecimentos, e alguns, mesmo, cedido gratuitamente parte dos mesmos. A Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais, numa alta compreensão do que valerá a Nau como propaganda portuguesa, não só no nosso país mas no Estrangeiro, contribuiu com a maior dedicação na construção do navio, dispondo, para o efeito, de muitas peças de talha que estavam condenadas a uma completa inutilidade e ali foram salvas e adaptadas com superior critério.

A NAU PORTUGAL fica o maior navio de madeira, moderno, construído há muitos anos a esta parte, em qualquer país do mundo e fica sendo o maior e mais importante espécimen de arquitectura naval do mundo inteiro, motivo porque a simples enumeração das suas características, o director da NAU PORTUGAL recebeu dos mais importantes museus marítimos da Europa e até da América, pedidos para envio de documentação e fotografias do navio.

restaurante, onde se servem as refeições na Baixela «Celestino», propositadamente fabricada para a Nau, pelo grande joalheiro português. Nos porões tem a Nau as adegas, entregues a altos organismos vinícolas do país. No castelo da popa existem duas galerias sobrepostas e no terceiro pavimento a «Casa da Capitania».

A Nau é inteiramente feita por portugueses e absolutamente navegável, não só para rotas costeiras como para viagens transoceânicas. A Nau tem local para instalação de motores e hélice, e é artilhada com 48 peças de vários calibres, tendo sido algumas expressamente fundidas em bronze sob modelos autênticos, na Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata. Essas peças são praticáveis e salvarão em honra do Chefe do Estado à entrada em Cascais, da Nau, quan-

III SALÃO DE EDUCAÇÃO ESTÉTICA DA M. P.



Este ano, a Exposição dos trabalhos da «Mocidade» realizou-se em comum: no mesmo salão da Sociedade Nacional de Belas Artes misturaram-se os trabalhos dos rapazes com os das raparigas.

A Exposição teve um cunho nacionalista acentuado e, como era natural neste ano dos centenários, os motivos patrióticos em relação com a Fundação e a Restauração multiplicaram-se: o Castelo de Guimarães e o milagre de Ourique, D. Afonso Henriques e D. João IV, os heróis da Restauração, escudos e bandeiras, etc., foram a especial fonte de inspiração dos expositores.

Os rapazes trataram estes motivos em desenhos e em trabalhos de arte aplicada, lindas criações de ferro, de madeira, etc.

As raparigas apresentaram os mesmos motivos em toda a espécie de bordados.

Estou a recordar um lindo roquete de tule, com desenhos litúrgicos — cruzes, espigas e uras — a que, discretamente, souberam acrescentar uma barra com a bandeira de D. Afonso Henriques e o escudo de D. João IV, repetidos em toda a volta e entremeados com as respectivas datas: 1140 e 1640.

Recordo também um magnífico tapete de Arraiolos com o braço da Casa de Bragança e um painel com o mesmo braço bordado sobre a Cruz de D. Afonso Henriques.

Num outro painel, com as bandeiras de Portugal através dos séculos, e as cruzes de Cristo e Aviz, liam-se os seguintes versos:

Bandeiras e guias da nossa Terra,
Testemunhos a lousa da vitória,
Grandes na paz e maiores na guerra,
Símbolos eternos do valor e da glória.

Sentinela do brio ao alto erguidos
Mostrando ao mundo a Pátria morta...
Fé e honra estão em vós unidas
Bandeiras e guias de Portugal.

Outros motivos históricos foram ainda escolhidos: caravelas, padrões, etc.

Mãos delicadas souberam manejar hilos para tecer uma esfera armilar e bordaram a branca, sobre redes de desfiados, os escudos da bandeira.

Num outro trabalho, viam-se as caravelas pelo mar fora e, lá no alto do céu, a Senhora da Boa Viagem de mãos postas a pedir pelos navegantes.

Numerosas almofadas.

Temos forçosamente de ser breves nas impressões da nossa visita porque o espaço é pouco; mas faz-nos

pena ter de passar em silêncio tanta coisa bela que merecia uma referência!

Vamos, pois, dar apenas algumas impressões de conjunto.

Paramentos góticos, de linhas e ornamentações puramente litúrgicas. Toalhas e roupas de altar em linho e cambráia, de tal delicadeza e alvura que parece que a própria neve desabrochou em flores.

Enxovals de crianças, em acafunas a transbordar de coisas minúsculas.

Roupas de senhora delicadamente bordadas.

Um vestido de 1.ª comunhão, risado de graça a pureza.

Bordados regionais. Colchan de Castelo Branco (feitas na Escola Profissional da M. P. F.) com desenhos e cores reproduzindo fielmente as colchas antigas. Bordados de Viana do Castelo vistosos e alegres.

Motivos populares. Danças, balões, fogueiras, mangerícos e alcachofras em trabalhos de aplicação.

Lindas aquarelas e desenhos.

Enfim, mil coisas interessantes, em rendas, em bordados, e também em trabalhos de fantasia, como por exemplo as pequeninas capelas imitando as que se faziam nos conventos; um altarinho com uma pequenina imagem sob um arco de flores, tudo isto encerrado numa caixa de vidro.

E não poderíamos deixar de fazer referência, para fechar esta breve notícia, a um encantador oratório para criança, no qual o Menino Jesus, de vestido de setim branco bordado e coroa de prata sobre a cabeça, ergue a sua mãozinha a abençoar, debaixo dum doce de tule onde estrelas brilham.

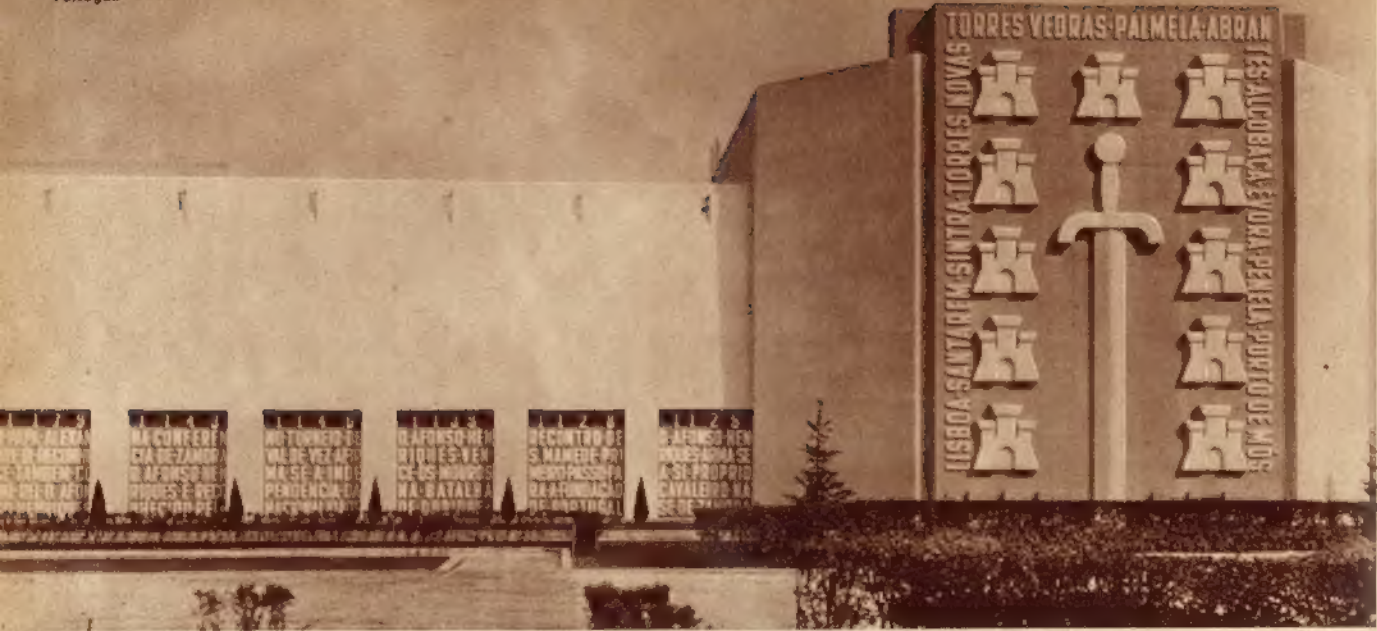
A fazer fundo, um painel com paragens da História Sagrada: a Arca de Noé com a bicharada a espreitar curiosa às janelas... Os Reis Magos... S. João e N.ª Senhora em adoração... Ovelhinhas pastando num prado florido... Em baixo, animais de todas as espécies, mas todos com um ar de bondade, na serenidade divina que sobre eles faz descer o meigo olhar de Jesus.

Uma caixa para enmolnar — a lembrar os pobrezinhos. Um genuflexório — forrado de setim verde, dum tom macio e claro, como a esperança dos que nunca tiveram desilusões... — e orações simples para os pequeninos aprenderem a soletrar...

Num bauzinho, o enxoval do Menino Jesus.

E, lá no alto de tudo, uma estrela: a Estrela de Belem, que eternamente brilha sobre a humanidade, mostrando-lhe o Caminho, a Verdade e a Vida!





PÁGINA DAS LUSITAS

ERA UMA VEZ...

AS LUSITAS E A HISTÓRIA PÁTRIA

— Isto de ser lusita — dizia Mónica às primas Maria e Manuela, naquela tarde de Junho quente e soalheira, enquanto lançavam alegremente sentadas na relva — é uma grande responsabilidade, afinal.

— Porquê? — perguntou Manuela trincando com apeteite uma sandwich de fiambre.

— Porque lusita quer dizer portuguesa; e como estamos em 1940...

— No ano dos centenários — interrompeu Maria.

— Pois e isso mesmo! — exclamou Mónica. Tem de se saber a História Pátria na perfeição! — concluía.

— Melhor! — respondeu Manuela. — Quanto mais se souber da nossa História, mais se gosta da nossa querida terra!

— Falas bem, Manuela, porque és uma sabichona, mas eu... — e Mónica respirou fundo.

— Querem vocês que falemos esta tarde da fundação da nossa Independência? — perguntou Manuela com calor — não há nada mais lindo para nós, lusitas, do que conhecer bem a significação destas festas dos centenários.

— Cá de 1640 rei eu bem — cortou Maria.

— Foi a Restauração da nossa Pátria, que vivia havia 60 anos sujeita aos espanhóis.

— Mas saber o fim sem saber o princípio é uma patética — observou Mónica. — Por isso, Manuela, se queres conta-nos bem contadinha a história da fundação da nossa terra, sim?

Manuela pensou um momento; depois disse, com gravidade:

— Ah! meninas, eu adoro tanto a minha Pátria! Tenho um verdadeiro orgulho em ser portuguesa!

— E sabes tão bem a nossa História... — murmurou Mónica.

M... para lhes contar a razão dos centenários, bom era começar pelo princípio: e

olhem que o verdadeiro princípio não é ainda D. Afonso Henriques.

— Conta, conta, Manuela.

— Muitos anos, muitos, antes de nascer Nosso Senhor Jesus Cristo, havia uma quantidade de povos cá por estes lidos; e andavam sempre a guerrear-se e tirar terras uns aos outros, a fugirem ou a conquistarem.

— Devia ser um inferno viver nessas terras.

— Se começas lá tão longe nunca mais cá chegas, Manuela.

— Isto é só para dizer que entre esses povos vários havia um que nunca deixou de viver na região que é hoje a nossa; era o povo lusitano, e essa região chamava-se a Lusitânia. Os próprios escritores romanos antiquíssimos como por exemplo Tito Cívico, falavam das várias terras e da Lusitânia em especial. Vocês sabem bem com certeza como se chamava o grande Lusitano, que combateu os romanos?

— Viriato! — gritaram as duas primas.

— Ora ainda bem — continuou Manuela.

— É que lá por aí gente que diz descendem os portugueses dos iberos e celtas e godos, e o diabo a quatro.

— Que trapalhada!

— É mentira tudo isso: os iberos ficaram lá para Espanha; e o forte da raça portuguesa eram os lusitanos, embora se misturassem com godos e romanos, sabe-se isso com certeza. E ora uma raça de mão cheia! Os próprios romanos depois de virem para cá (e trouxeram muita civilização, é claro) admiravam as qualidades dos lusitanos, distinguindo-se desses outros povos que enchiam o península...

— Ibérica! — exclamou Mónica.

— Perdente uma ocasião de ficares calada; essa mania da Península Ibérica é uma idiotice inventada há pouco tempo, e nunca houve região nenhuma chamada Ibéria. Mas vamos ao que importa. A Espanha era então uma quantidade de eretadosinhos, sabem vocês?

Havia Castella, havia Leão, havia Aragão, havia Gallaiza, que descia até ao Mondego, e ainda outros. Ora, como sabem, vieram da França dois príncipes (condes de Borgonha) casar com as duas filhas do rei de Leão e de Castella; e ao conde D. Henrique coube D. Teresa, dona do condado da Gallaiza e Portugal.

— Isso tudo já eu sabia — murmurou Maria.

— Mas onde eu quero chegar é aqui! — continuou Manuela. — O filho de D. Teresa e de D. Henrique, que nasceu em Guimarães, era um rapaz extraordinário! Aos 14 anos, oiçam bem! em Zamora, armou-se ele próprio cavaleiro! E assim era ele, o chefe de todos. Tinha inteligência, coragem, audácia, valor!

— E tão novo!

— Cada vez mais gostavam dele, cada vez mais se ia formando a Pátria Portuguesa. E depois que houve a batalha de S. Mamede contra a mãe (porque ela tinha casado com um espanhol e lá se ia indo o condado de Portugal) ficou bem vinda a nação portuguesa: Começava a existir a alma nacional!

— Era então Rei D. Afonso Henriques?

— Ainda não. E faltava conquistar as terras do sul, onde reinavam os mouros. Não era pequeno trabalho, não! E essa conquista do Sul era não só pelas terras em si, mas para vencerem os cristãos. Um belo dia marchou D. Afonso Henriques à frente de milhares de homens, (para aí uns dois mil, ou mais), e houve uma enorme batalha no Alentejo; do nosso lado os cristãos, do outro, os mouros: a batalha de Ourique! E foi nessa ocasião que vieram pedir a D. Afonso Henriques que se deixasse aclamar Rei.

— Que lindo tudo isso! — exclamou Mónica.

— Trouxeram-lhe um cavalo enorme e o Rei montou-o; e as armas dele eram brancas e lindas!

— Contas tão bem!

— E todos gritaram:

«Real Real por El-Rei D. Afonso Henriques de Portugal!»

— E depois desta batalha de Ourique (onde ele até teve uma visão de Nosso Senhor, dizendo-lhe que venceria pelas Suas chagas!) ficou fundada a Monarquia Portuguesa: Em 25 de Julho de 1139! Mas festeja-se neste ano de 1940 para juntar este centenário da Fundação ao da Restauração de 1640.

— Viva D. Afonso Henriques! — gritaram todas.



Por MARIA PAULA DE AZEVEDO

AVENTURAS DE ROSA TEIMOSA

O mastro real caía aos bocados, o barco abria por vários lados e os pobres homens, agarrando-se aos destroços viam-se mergulhados em pleno mar, sem sequer se resolverem a nadar através do denso nevoeiro.

— Rosita querida agarra-te com força aos meus ombros! gritava Ben, que logo passara na infeliz criança.

— O que foi isto, Ben, murmurava Rosa, chorando!

— Devemos ter tocado numa mina — respondeu Ben.

— E vamos morrer afogados? tornou Rosa.

— Talvez surja um navio que nos salve... murmurou Ben sem convicção.

Mergulhados na água gelada, agarrados aos destroços do seu barco desfeito, com fome, com frio, sem rumo, sem esperança de salva-

ção, ali estavam aqueles pobres infelizes havia horas e horas...

Eis que de repente ouviram bem perto, assustadoramente perto a buzina grave dum vapor! Rosa gritou:

— Estamos salvos, Ben?!

— Ou vamos ser esmagados... murmurou Ben, sem que a Rosa ouvisse.

— Nossa Senhora de Fátima, olhai por nós! gritava a voz fraca de Rosa entre lágrimas.

E, de facto, Nossa Senhora os ouviu naquelas preces... O nevoeiro começou a dissipar-se e um grande transatlântico surgiu muito perto, businando fortemente. Momentos depois eram os naufragos do «Santa de la Mar» recolhidos a bordo e Rosa instalada corinhosamente num modesto camarote de terceira classe.

Nunca mais houvera alegria na linda casa da Estrêla, onde os pais da Rosa choravam o desaparecimento da filha. O desgosto da Joaquina, a boa criada que se considerava responsável por aquela desgraça, fôra tal que calara na cama com uma febre cerebral e estava entre a vida e a morte.

Jôjá, a última pessoa que tinha estado com Rosa já não ria com êxito nem brincava como antes...

O Dr. Meneses, todos os dias comunicava com a policia, e, os melhores agentes estavam encarregados das pesquisas.

— A criança foi decerto levada para fóra de Lisboa — opinou um deles.

— E, talvez, mesmo, para fóra de Portugal — disse o chefe — ora e caravana cigana que estava na feira saiu naquela madrugada para o Alentejo.

— Mas a policia foi ao acampamento? disse o Dr. Meneses — e só lá viu ciganos!...

— É possível, senhor doutor, mas aquela gente tem arte de disfarce que nos enganem tantas vezes... e o chefe calou-se pensativo.

— A Jôjá, minha sobrinha, contou que a pobre Rosinha ia atrás do rapaz do urso, quando desapareceu — observou o Dr. Meneses — não poderia achar-se esse rapaz?

— A pista dos ciganos — tornou o agente — fôra a meu ver, abandonada cedo demais. Vou ver se podemos retomá-la outra vez.

— Chefe — disse outro agente — esses mes-

mos ciganos já cá estiveram no ano passado e existe no governo civil a lista dos nomes, idades, etc.

— Mas isso é precioso — respondeu o chefe — vou telefonar sobre o assunto e você vá ao governo civil ver essa lista.

O Dr. Meneses sentia-se esperançado, depois de muitos dias de desânimo que nem já tinha coragem de esconder da sua mulher, animava-o agora a ideia de que o rapaz do urso talvez pudesse ajudá-los a descobrir a adorada Rosa.

E dias depois, o chefe das investigações trazia-lhe uma boa noticia: tinham conseguido reconstituir até à fronteira a passagem dos ciganos que se dirigiam para Cadix.

— E ia alguma pequena com eles? perguntou, ansioso, o Dr. Meneses.

Figura nesta lista uma pequena de onze anos, com o nome de Zuleima, será este a sua filhinha? Não é impossível...

— Como tudo é lento para a nossa ansiedade... murmurava o pobre pai.

Mas, as investigações, iam marchando com alguns resultados. A policia conseguira saber que em Cadix estava de facto um acampamento de ciganos; que havia um rapaz que fazia dançar um urso, mas que a pequena Zuleima, inscrita na fronteira desaparecera misteriosamente sem que soubessem do seu paradeiro. E a velha cigana Mikal, rainha da tribo, já rara sobre as reliquias da sua religião que não roubara mais nada dessa pequena.

Foi um choque terrível para os pais da Rosa que tanta esperança punham naquela pista. Quanto a ideia que Zuleima e Rosa eram uma e mesma pessoa também isso era uma incerteza e desse facto dependia, porém, o caminho a seguir nas investigações. E o Dr. Meneses, sempre com o desejo de falar ao rapaz do urso, tomara a resolução de puxir para Cadix, iria ele próprio interrogar os ciganos e prometter-lhes larga recompensa.

Enquanto as investigações prosseguiam, Rosa, que contara a sua história ao Capitão do transatlântico americano, ará o encanto e o interesse de todos a bordo.

Vestida elegantemente, os seus cabelos loiros penteados com cuidado, as faces rosadas pelo ar salino em que vivia mais dum mês tornava-a ser encantadora, Rosa de Meneses.

(Continua)

CONCURSO DAS LUSITAS

Ao concurso: Qual é a figura da História Pátria que mais te interessa e porquê?

Podem responder todas as leitoras, lusitas ou não, com menos de 15 anos. As respostas serão publicadas, e devem ser dirigidas a

MARIA PAULA DE AZEVEDO
Rua de Buenos Aires, 10

BRIANDA

BRIANDA

POR
MARIA PAULA
DE
AZEVEDO

PEÇA EM 4 QUADROS

PERSONAGENS:

Brianda, 16 anos
Brites Maria
A sr.^a Bernarda
A sr.^a Mafalda
D. Maria de Castro
Uma Menina
Outra Menina
Uma Freira
Catarina
Mestre Fernão (Albigibe)
D. Duarte de Menezes
Barnabé
D. Joaquim da Cunha
O Almocreve
O Cego
1.^o Fidalgo
2.^o Fidalgo
3.^o Fidalgo
Um Padre

Senhores, Meninas, Freiras, Fidaigos, Gente do Povo,
Soldados, etc.

PRIMEIRO QUADRO

(O Largo de S. Domingos em Lisboa. Á porta da
casa de Fernão Albigibe; Mestre Fernão está
sentado à porta a trabalhar. É madrugada).

CENA I

MAFALDA FERNÃO (A voz da sr.^a Mafalda do
dentro: — O homem! Pois tu estás a pé, cristura!) Mal
o sol é nado, já este alma anda por lá a mourear. Vá-te
p'ra cama!

MESTRE FERNÃO (cosendo depressa) — O demo leva
as tagarelas...

A SR.^a MAFALDA (aproximando-se) — E para quê
tudo isto, afinal? Andas-me com este gíbio nem que
fôsse p'ro Rei Espanhol...

MESTRE FERNÃO (aborrecido) — Cala-te mulher;
e recolhe-te!

(Ouviem-se os sinos a tocar para a missa das almas...)

MAFALDA — Querias saber p'ra quem é esse gíbio...
E' p'ro alto magro que por aí veio ontem às Trindades,
com certeza. Não me prax a cara daquela homem... E
fala, fala... (confidencial) — Olha tu, Fernão, que os
tempo vão mau! Vê lá bem em que te metes... Vive
a gente em socção, que mais queremos nós? Cá a mim,
tanto se me dá que seja este como aquele a mandar. Haja
o piorzinho...

FERNÃO (aborrecido) — O' mulher, deixa-te de falas
tôlas... (Entra Bernarda).

CENA II

(Os mesmos e Bernarda)

BERNARDA — Olhem quem lá está a pé, vivam lá!
FERNÃO (cansado) — Viva!...

MAFALDA (belando-a) — Que traseiras de novo, Tia
Bernarda? E onde és tão cedinho?

BERNARDA — Eu? Vou-me à Casa do Senhor, a
ouvir a Missa das Almas; mas olhai que as ouvi
boas de um almocreve dos Alentejos!

MAFALDA — Quando? Quando?...

BERNARDA — Ontem na tenda do Muleto... Aquilo
é que era povo ao redor do homem! E eu, que entrei lá
para comprar um piche de vinho quente...

MAFALDA (curiosa) — Disse, disse...
BERNARDA (terrida, para Fernão) — Vós não que-
reis ouvir as novas; mas se soubessais o que eu sei talvez
largásseis o gíbio e cuspiásseis as línguas da boca! (Fernão
cose em silêncio).

MAFALDA — Disse, disse, Tia Bernarda.
BERNARDA (confidencial) — Já eu me vinha da tenda
com o piche de vinho quente, quando o bom do almocreve
começou a contar. E vai lá, disse assim: Alevantou-se
para as bandas d'E'vora uma grandecíssima arnaça, e um
tamanhão dum homem...

(Fernão levanta-se e escuta... Vem do outro lado,
em tropel, gente do povo, rodeando um almo-
creve, bolleiros, crianças, mulheres, tudo grian-
do e passando).

MAFALDA — Senhor Jov!

FERNÃO (avancando para o lado) — Que gentes serão
estas?!

CENA III

(Os mesmos, almocreve, Brianda).

BERNARDA (apontando o povo, excitada) — Olhai!
Olhai! São os da tenda do Muleto mais o tal almocreve!
Já vades se falar verdade ou se mintar!

FERNÃO (aproximando-se do povo) — E é que é certo!
(ao almocreve). Se quereis, disse-me o que é sucedido; e
vós (para as mulheres) calai-vos, por Deus! (Todos ro-
deiam o almocreve).

O ALMOCREVE (solene) — Em E'vora alevantou-se
uma revolta! E um homem de altura extranha, a quem
chamam o Manuelinho, é quem leva essa revolta... E' ele
que fala ao povo!

FERNÃO (com interesse) — Mas quem é esse tal Ma-
nuelinho? Onde veio? O que diz ele?

ALMOCREVE — Donde ele veio é que ninguém sabe!
Surtiu aquela homem, numa manhã de chuva, lá da char-
neca e é mais alto que eu sei lá! Olhai que tem uma cabeça
a mais do que vós mesmo!

FERNÃO (incrédulo) — Os vossos olhos não vos ta-
riam enganado?!

MULHERES (espantadas) — Louvado seja Deus Nosso
Senhor!

ALMOCREVE (apontando os olhos) — Vi-o bem com
estes que de terra há-de comer. E' um gigante dum ho-
mem, de grandes braços, de grandes pernas! E, como eu
lá disse, pôs-se a falar e a dar os braços e a apontar
o céu, e a dizer que é preciso o povo levantar-se todo, e
mais este, e mais aquele! Eu quando o vi, senti uma
coisa cá dentro!

BERNARDA (a Fernão) — Que vos dizia eu, Mestre
Fernão Albigibe?

MAFALDA (ao povo) — Santa Escolástica nos
livre das arnaças e barulheiras cá por Lisboa!

BERNARDA (a Mafalda) — Apoi-vos com Santo
António! É um santinho que atende a gente sempre, pois
se em Lisboa mesma foi nado!

FERNÃO — O demo leva tais ciganagens! Calai-vos
e deixai escutar o almocreve.

ALMOCREVE — Olhai que nunca vi nem ouvi um
homem como o tal Manuelinho! As falas, ora parecem
Escrituras, ora são brados que se ouvem longe! E quando
a gente escuta aqueles discursos até sente uma agulha que
não tem explicação! O Manuelinho não é como os ou-
tros. Há quem diga que é doido; mas se o é, dá coisas
que chegam ao coração dum cristura...

FERNÃO — E o povo? E o povo?

ALMOCREVE — Vai tudo atrás dele como um só ho-
mem. Tudo quer a sua terra livre! Livre como sempre foi,
em centos e centos d'anos!

POVO (gritando) — Livre! Livre! Que a gente mande
no que é nosso!

POVO (gritando) — Fora com Castelhanos!
BERNARDA — Santo António nos acuda!

MULHERES — Ai que vamos ter arnaças por'qui! E
olhai que a ronda não anda longe, cristuras!

BERNARDA — Tomai tanto nos quadrilheiros! (To-
dos rodam o almocreve, falando).

BRIANDA (saída de casa) — Que há meu Pai? Por-
que estais todos aqui? Disse-me, minha Mãe, sim?

MAFALDA (seguida) — Quem vos chamou à rua, ma-
ninha? Ide cuidar da beleza do vosso Pai, que o lugar
de uma mãe não nas arnaças. E se vem a ronda?
Quereis ir presa? Ide para casa, ide pra casa!

BRIANDA — Deixai-me, minha Mãe, que eu tenho
de escutar também. (Chega-se ao Pai). Que há, meu Pai,
disse?

FERNÃO (belando-a) — Deme se salvo, filha. Uma
revolta em E'vora; mas não creio que seja ainda esta a
que dar-lhe liberdade à nossa Pátria!

POVO, ALMOCREVE, etc., etc. (gritando) — Viva a
nossa terra livre! Viva o Manuelinho! Viva! Viva!

BRIANDA (abrassando o pai) — Ficaistes triste, meu
Pai? Mas olhai que essa revolta poderá ser rastilho que
pegue...

FERNÃO (abrassando a cabeça) — Vou-me a casa do
sr. D. Álvaro de Menezes dar-lhe conta destas novas;
mas não as julgo d'importância.

BRIANDA (baixo) — Parece que oigo ao longe a
ronda...

FERNÃO (escutando) — Afasto-se para as portas da
Santa Antónia... Escuta minha filha: é possível que passe
por'qui um fradesinho meu.

BRIANDA (baixo) — O que costuma vir pela noite
adiante, quando já estamos recolhidas a Mãe e?

FERNÃO — Esse mesmo. Dir-lhe-as... que fui a Al-
fama e procos tornarei a esta lugar. E vê que tua Mãe e
a Bernarda não se tomem de falas com ele. Adeus,
Brianda. (Arruma o trabalho do gíbio em casa e volta).

BRIANDA (apressada e baixo) — Tomai tanto, meu
Pai, há por'hi tantos saplões dos espanhóis...

FERNÃO (baixo) — Não te arregaças, maninha; que
Deus está por nós e há-de valer-nos. Mas, queres saber?
Não me parecem de gravidade estas novas do almocreve;
e E'vora é longe... (Sai Fernão).

BERNARDA (a Mafalda) — Então era certo ou não
o que tu contas?

BRIANDA (ansiosa) — Disse-me tudo a mim, Tia Ber-
narnda, contai-me o que ouvistes, sim?

BERNARDA (com importância) — Pois s'eu era com
eles todos ontem na própria tenda do M. João! Mas vossos
Pai não me queria crer, não...

MAFALDA (sanzada, a Brianda) — Então não digo
eu? Recolhei-vos, maninha, como é mister.

BRIANDA (a Mãe) — À Brites Maria prometi-vos
boas coisas por aqui, antes de seguir para casa dos meus
Padrinhos. E como é dito de eu também ir coser para lá,
tomo juntas. Posso esperá-la aqui fora, não posso? (To-
cam os sinos).

BERNARDA (despedindo-se com beijos) — Ai que fico
sem a missalhu... E, p'ra mais, vai lá agora um velho
barbudo que se me encaixou no nicho da porta; até me
parece... o demo disfarçado!

MAFALDA (pensando-se) — Crêdo, Tia Bernarda! Tar-
rugo o Padre, Filho, Espírito Santo! (Mafalda entra em
casa. Bernarda vai saindo e coberta com Brites Maria que
vem a correr).

BERNARDA (luziosa, seguindo) — Temba tanto que
quem passa, maninha! Ora não há! (Sai Bernarda). Nem
respeitam a idade de cada um!

CENA IV

(Brianda, Brites Maria, Barnabé)

Brites Maria (falando para os bastidores) — Já cá
estou, Madrinha! Até logo, em casa do sr. D. Álvaro.
(Brites Maria dá-lhe Brianda). Ficou com uma bicha a Va-
lhoça! (Sai).

BRIANDA (sorrindo maliciosa) — Então, Britesinha,
sustente de vir? Estás contente quando chês o dia da li-
ção de cravo em casa dos meus padrinhos?... Olha, sen-
ta-me nos um bocadinho no banco da porta. (Sentam-se).

Conto-me, vais adiantada no tanter? P'ra tudo te fadou
Nossa Senhora, Britesinha!

Brites Maria (confidencial) — Se tu soubesses...
Estou namorada, Brianda!

BRIANDA (alegre) — Estás? E eu sei por quem!...

Brites Maria (séria, tapando-lhe a boca) — Cala-te,
Brites Maria!

por Deus... Que louca eu sou... Isto é brincadeira... Eu,
uma pobre enfiada... Sou nada, menos que nada.
Brianda! Quem sabe d'onde viemos, a Catarina e eu? Ela,
encontrada à porta d'um palácio, eu à portaria
d'um convento... Triste da minha vida, Brianda...

BRIANDA — Porquê dizes isso, Britesinha? Os teus
pais adoptivos estimam-te tanto! (Abrassa-a). E enche-
ram-te de mimos desde pequenina e deram-te uma educa-
ção de fidalga... E vestem-te como uma princesa; nunca
vi vestido mais lindo do que aquele de balão, com as rosi-
nhas cor de cereja!

Brites Maria (sorrindo) — É verdade é... (triste).
Mas gostava tanto, tanto, de saber quem foram meus
pais, de vir um dia a minha Mãe, a minha adorada Mãe...
(baixa a cabeça). Sonho-a tão linda, Brianda! Alta, me-
tra, pálida... E dava tudo o que tenho, tudo, para ter ta-
manha ventura! A Catarina, vês tu, não sofre como eu...

MAFALDA (assomando à porta) — Então, meninas,
que dizeis são essas? As horas a correrem e eu tenho
de as levar para casa do senhor D. Álvaro. Vinde para
dentro; vós, Brianda, ide acomodar os vossos labores no
aquele...

BRIANDA — Esperai um bocadinho, minha Mãe, fidei
é tão cedo!

MAFALDA (entrando em casa) — Tão cedo... Tão
cedo... Ora as faladeiras! Mais valera que reassais um
terço à Nossa Senhora.

Brites Maria (confidencial) — Briandinha, se sou-
besses bem o que me vai na alma...

BRIANDA (baixo) — Eu sei, Brites Maria...

Brites Maria — Nunca sei o que sinto agora...
É tão bom... E tão doloroso, a um tempo!

BRIANDA (séria) — Não entendo nada dessas coi-
sas; mas se vós vos amais porque não haveis de casar?...
Brites Maria (impulsiva) — Porquê? Porque eu
sou enfiada! Como queres que um fidalgo, como ela,
deme para mulher uma menina sem nome, sem família...
Tome sabes que não é costume, Brianda. Era preciso que
eu fosse também filha d'algo como se dizia em tempos
d'então...

BRIANDA (energica) — Sem família? Lá tens os que
te serviram de pais; bem extranhos têm sido, colhidos.
E quem sabe se um dia se vem e descobrires tudo? Quem
sabe? Há quem diga que a menina Catarina deve ser fi-
lha de gente rica...

Brites Maria — Os meus pais adoptivos tudo ten-
taram quando me levaram para casa; há tantos anos já!
E prometeram uma grande esmola ao Convento, se se des-
cobrisse alguma coisa... Mas qual!...

BRIANDA (decidida) — Se nada se descobrir, paciên-
cia; e se for recebida pelo sr. D. Duarte da mesma ma-
neira, que t'importa tudo mais, Britesinha? Não te faz
mossa!

Brites Maria (sorrindo) — Recebida por Duarte...
(grave). Quero-lhe com toda a minha alma, Brianda! Ele
é a minha vida, poder crer...

BRIANDA — E quem sabe, Britesinha, se as fidalgas
também? Não terás descanço, enquanto não descobrires al-
guma coisa a teu respeito; e já pedi à minha Mãe para
me levar ao Convento do Grilo onde te abandonaram nua-
rinha, colhada, ao frio e à chuva...

Brites Maria (triste) — Até já morreu a Freira
que me encontrou à porta... Nada se sabe! Nada! A
pobre Catarina só trazia uma camelinha; mas era da cam-
brela mais fina e com rendas de agulha...

A voz da MAFALDA (abaixada) — Então, então, men-
inas!

BRIANDA (gritando) — Lá imos já, minha Mãe!
(Passa Barnabé ao fundo sem as ver, encostado a um pau
e andando com dificuldade).

Brites Maria (levantando-se, impressionada, olhando
para trás) — Brianda, Brianda...

BRIANDA (adivinhando) — Que queres, Britesinha?

Brites Maria (contando o velho que passa) —
Aquele velho alto... Aquelas barbas... (passa a mão
pela testa e deita-se cair sobre o banco). Quem será
aquele velho? (fica a saltar). Eu pareço-me que já o
vi um dia... Mas quando? Onde? Deve haver tantos
anos...

BRIANDA (ansiosa) — Conhece-lo? Lembra-te de
o ter visto? Dis, Britesinha, dis! Quando eras pequen-
ina? Dis... Lembra-te? Vê se te lembras! Queres
que o chame? Parece tão valhinho já, e tão pobrezinho...

Brites Maria (adivinhando) — Era um velho alto
como aquele, de grandes barbas brancas, que me ampara-
va num jardim de buxos. Andava sempre comigo!... Mas
surtei um homem negro... (triste). Não me lembro,
Brianda! Não me lembro! Não me lembro!... (chora).

MAFALDA (à porta) — Então, meninas, fidei si ou
vindes? Quê tendes, Britesinha? Que vos sucedeu? Por-
que chorais, maninha?

BRIANDA (abrassando a Brites Maria) — Uma dor de
cabeça, colhadinha. Há-de passar, querendo Deus. Lá
imos já, minha Mãe, lá imos... (encaminham-se devagar
para casa).

MAFALDA (abrassando a cabeça) — Não será catarrhal,
da frasca da manha?

O PANO CAI DEVAGAR

CARAVELAS

Três Datas!!!

Há séculos, partiram as heroicas caravelas portuguesas, abrindo ao mundo novos e vastos horizontes.

Foram elas que, capitaneadas por alguns dos mais valentes capitães portugueses, cortaram, primeiro que qualquer outra embarcação, o misterioso manto do Oceano, detrubando assim, duma só vez, todas as lendas que se desenhavam em torno das terras de Além Mar.

Foi no reinado de D. João I que pela primeira vez se pensou que o mar não era um fantasma, que, pelo contrário, podia ser uma mina de riquezas e de glórias.

Foi o terceiro da inclitica geração, o Infante D. Henrique, aquele que de Portugal deu, para todo o mundo, o grito de partida na rota marítima. Foi devido aos seus esforços, e mais tarde aos de D. João II, que durante o reinado do rei D. Manuel II Portugal gozou uma época de extraordinário esplendor.

Portugal não pretendia só conquistar e descobrir, quiz mais, quiz colonisar e principalmente levar a Fé cristã, aquelas que tão necessitadas estavam de conforto moral, propagando assim a única e verdadeira religião.

Maria José Leal Gomes Álvares
Filiada n.º 509 — Centro n.º 1
Ala 3 — Extremadura

RESSURGIMENTO

Durante anos, Portugal dormiu um sono enorme, cansado de tanta glória; no decorrer deste período, Portugal adormecido sonhava com uma mão vigorosa que viria suett-lo no enorme precipício em que pouco a pouco ia caindo.

Portugal ia enfraquecendo e contraindo dívidas com os povos que outrora o haviam admirado. Mas eis que aquilo que Portugal sonhara se torna em realidade.

Eis que surge Salazar!

E, então, a partir d'esse momento, aquele a quem tudo, que temos presentemente, devemos, começou uma tarefa espinhosa: o ressurgimento de Portugal.

A cada passo se levantava uma dificuldade, uma má vontade.

Mas como é precisamente quando encontramos mais dificuldades no nosso caminho que tiramos mais resultados do nosso trabalho, Portugal é hoje o que foi no passado: uma porção de terreno, enorme na sua pequenez, que todos respeitam e admiram e que tem prostrado a seus pés o magestoso Oceano, tal e qual um fiel servidor aos pés do seu soberano.

Maria José Álvares
Centro 1 — Ala 2

Amor da Pátria

É fértil a História de Portugal em nos proporcionar magníficos exemplos de amor pela Pátria. A dificuldade está na escolha, porque se pode ficar com a impressão de que o apontado é o maior. Não. Aquele que vou referir é, sem dúvida, um dos maiores, mas há outros, louvado seja Deus!, que não lhe são inferiores.

D. Filipe de Vilhena, que aconselhou e encorajou os filhos a entrarem na Revolução de 1640 e que na madrugada do célebre dia 1 de Dezembro ela própria lhe cingiu as armas, é um exemplo sublime de quanto pode o amor da Pátria.

D. Filipe sabia o tremendo risco que seus filhos iam correr; não ignorava a tremenda

Mil cento e quarenta! Que vamos nós?

Duma navem sangrenta que passou
Elevar-se um homem que batalhou,
Vir, orar, formar uma Pátria, a sós.

Passam anos. E podeis dizer vós:

«Com a peleja, que o povo anilou,
Depois de Fernando, é que terminou,
A Pátria que veio de antigos arcos».

Errais, porém, porque o destino atroz
Foi repellido p'la sentida voz
Que intimamente pedia a glória a Deus.

E um Portugal, com maior esplendor
Ressurgiu, então, dum reino de amor
E avançou... abrindo outros mares e céus.
Depois de tanta glória imortal
Eis que vai, num repentino trovão,
Subir o calvário; e a privação
Chegou, agora, ao pobre Portugal.

Mas nunca perde a sua Fé, e afinal
Passados 60 anos de aflição
Ei-lo que surge da Restauração
E um português assume o poder real.

Vede-o depois seguir, na nossa História
Com poderosos heróis que a memória
Já mais esquecerá. E a grã saúde,

Que a Pátria ficou, d'esses que a gloriam
Há-de acabar, porque já a fudaram
Novos portugueses, a Mocidade.
Mil novecentos e quarenta! A'leita!
Que já oito séculos são passados
Da nossa História, cumprindo-se os fados
Duma escritura, por Afonso, aberta.

Mas olhai que não deixem encoberta
A bandeira, aqueles que, agora, dados
Aos trabalhos grandes e esforçados
Da Pátria, a mantêm altiva e liberta!

E será p'las mãos destes que hoje rogem
Que todos continuarão, como devem,
A respeitar este torrão natal.

E, assim, quere a Mocidade ajudar
Os Chefes, para com eles tornar
Num jardim lindo, o nosso Portugal!

Maria Francisca Camacho Brito — Filiada n.º 268 — Centro 1 — Ala 2

repressão que se seguiria à revolta, se esta abortasse. Contudo ele não hesitou em dar à sua Pátria, captiva de sessenta anos, os maiores bens que possuía: os filhos a carne da sua carne, o sangue do seu sangue, a alma da sua própria alma.

Foi digno descendente de Nuno Gonçalves, o imortal alcaide de Fátia; foi lúdim representante, na sua época, do coração da mulher portuguesa que sempre propulsou por esta terra bendita!

Maria de Lourdes
Mascarenhas Neto
Filiada n.º 10.639
Centro n.º 1 Ala 1

